ÍNDICE

PREFÁCIO 7
ÍNDICE 9
ABREVIATURAS DE USO FREQUENTE 19

TÍTULO I – O DIREITO DE AUTOR NOS TEXTOS CONSTITUCIONAIS E LEGISLATIVOS ANTERIORES AOS VIGENTES 27
1. Introdução 27
2. Os Textos Constitucionais portugueses anteriores a 1976 – a liberdade de criação e expressão literária e artística 27
2.1. Constituição de 1822 27
2.2. Carta Constitucional de 1826 e Constituição de 1838 28
2.3. Constituição de 1911 29
2.4. Constituição de 1933 30
2.5. Observações finais 30
3. Código Civil de 1867 31
3.1. Estrutura e natureza do direito de autor 31
3.2. Conteúdo e características do(s) direito(s) de autor 31
3.3. Os direitos pessoais 32
4. Decreto nº 13725, de 3-6-1927 32
4.1. Estrutura e natureza do direito de autor 33
4.2. Conteúdo e características do direito de autor 33
5. O Código do Direito de Autor de 1966 34
5.1. Estrutura do direito de autor 35
5.2. Conteúdo e características dos direitos pessoais 35
6. Decreto-Lei nº 63/85, de 14 de Março 35

TÍTULO II – A SITUAÇÃO JURÍDICA DE DIREITO DE AUTOR 37
CAPÍTULO I – CONSTITUIÇÃO DO DIREITO DE AUTOR 39
7. A criação de obra intelectual como acção 39

CAPÍTULO II – AUTORIA E TITULARIDADE ORIGINÁRIA DO DIREITO DE AUTOR 43
8. Autoria da obra intelectual 43
9. Autoria e paternidade da obra 46
9.1. A presunção de autoria 47
9.2. Princípio de coincidência entre autoria e paternidade da obra 48
10. A pretensa autoria despersonalizada – as impropriamente ditas "obras não intelectuais" ("criadas por computador") 49
11. A noção de autoria em confronto sob o instituto do "copyright" ("authorial works" e "entrepreneurial works") 52
12. Conclusão – a autoria e a estruturação da situação jurídica originária de direito de autor 56

CAPÍTULO III – A CRIAÇÃO PLURAL (EM COLABORAÇÃO OU COLECTIVA) 59
SECÇÃO I – A obra em colaboração 59
13. Obra em colaboração, obra colectiva e conexão (ou coligação) de obras – noções 59
14. Origem não negocial da situação jusautoral pertinente às obras em colaboração 61
15. A co-autoria de obras intelectuais e o regime de exercício de direitos nas obras em colaboração 62
16. A contitularidade originária do direito de autor nas obras em colaboração. Comunhão de direitos de autor e comunhão de direitos reais 63
16.1. Renúncia ao direito na comunhão por um ou mais co-autores 65
17. Exercício conjunto de faculdades de utilização da obra em colaboração pelos contitulares originários do direito de autor – as "regras da compropriedade" e os "limites segundo a boa fé" 66
17.1. Regime da exploração económica da obra em colaboração 66
18. Indivisibilidade da comunhão – o princípio da unidade de exploração das obras em colaboração 70

SECÇÃO II – A obra colectiva 73
19. Noção de obra colectiva 73
20. Estrutura e natureza da situação jusautoral nas obras colectivas – elementos característicos essenciais 74
21. A obra colectiva como "obra (intelectual) de empresa" – síntese dogmática 76

21.1. A empresa como entidade "criadora" de obras intelectuais 78
22. O "princípio da unidade de exploração" da obra colectiva – enunciado 81

SECÇÃO III – A obra colectiva no confronto de ordenamentos jurídicos estrangeiros 83
23. Direito francês: a elaboração colectiva para um fim comum 83
24. Direito italiano: a obra colectiva como obra de uma organização 84
25. Direito alemão: as obras-colectânea 86
26. Direito britânico: os "entrepreneurial copyrights" 89
27. Direito norte-americano: as "collective works" como compilações de obras 92
28. Direito espanhol: coordenação organizacional e subordinação hierárquica 93

CAPÍTULO IV – O OBJECTO DO DIREITO DE AUTOR – A OBRA INTELECTUAL 95
SECÇÃO I – A obra intelectual – recorte do conceito 95
29. O objecto do direito de autor 95
29.1. Obra intelectual e bens de propriedade industrial 96
29.2. Obra intelectual e suporte material (a fixação em suporte como condição de tutela) – confronto sob o instituto do "copyright" 99
29.3. Apropriação, uso e utilização da obra: refutação do conceito de "propriedade (de obra) intelectual" 102
29.4. Obra intelectual e bens da personalidade – a tutela do direito ao nome sob capa jusautoral 104
29.5. A obra intelectual como objecto (também) dos direitos pessoais de autor 105
29.6. A obra intelectual como objecto do direito de autor – conclusão. Conceito de direito de autor 107

SECÇÃO II – Obra intelectual e suporte material da obra 109
30. O suporte material e a independência entre direito de autor e direitos (reais) sobre os suportes de obras 109
30.1. Casos de correlação entre direitos sobre o suporte material e direitos de autor 110
30.1.1. Um caso particular – a alienação do negativo de fotografia e o direito de autor 110

SECÇÃO III – Protecção do título da obra 113
31. Título da obra – significado da expressão e requisitos da protecção 113
31.1. O título de jornal ou outra publicação periódica 114

SECÇÃO IV – Obras "equiparadas a originais" 117
32. Obras derivadas e obras compósitas 117

SECÇÃO V – As bases de dados e os programas de computador 119
33. Bases de dados 119
34. Programas de computador 121

SECÇÃO VI – As "obras não protegidas" 125
35. Notícias, requerimentos e queixas, e discursos políticos 125
36. Textos e outras obras antigas 126
37. O regime nas ditas "obras oficiais" 127

TÍTULO III – CONTEÚDO DO DIREITO DE AUTOR 131
CAPÍTULO I – FACULDADES PESSOAIS 133
SECÇÃO I – Titularidade, características e exercício das faculdades pessoais de autor – em geral 133
38. Carácter pessoal do direito (dito) "moral" de autor 133
39. Fundamento do direito pessoal: a preservação da genuinidade e integridade da obra 134
40. Faculdades integradas no direito pessoal – em geral 135
41. Características do direito pessoal – o exercício *post mortem auctoris* 136
41.1. Em particular – direito pessoal de autor nas obras colectivas 138

SECÇÃO II – Exame de cada uma das faculdades pessoais de autor 141
42. Direito de divulgação (ou "ao inédito") 141
42.1. O direito de divulgação nas obras criadas em execução de contrato – o ineditismo e a "impenhorabilidade da obra" 143
43. Direito de retirada 145
43.1. O direito de retirada e o direito de propriedade sobre o suporte material da obra 147
43.2. O direito de retirada na sequência de decisão judicial 147
44. Direito de exigir a menção da designação que identifica a autoria. Direito pessoal de autor e direito (de personalidade) ao nome. As obras anónimas 148
45. Direito de reivindicação da paternidade da obra 149
46. Direito de defesa da integridade da obra: direito de preservar a integridade; direito de modificação. 151
46.1. Direito de preservar a integridade da obra 151
46.2. Direito de modificar a obra 155
47. Direito de acesso ao exemplar 157

SECÇÃO III – Violação dos direitos pessoais 159
48. O tipo criminal 159

CAPÍTULO II – FACULDADES PATRIMONIAIS 161
SECÇÃO I – O exclusivo de exploração económica da obra intelectual 161
49. Em geral – o exclusivo de exploração económica da obra. (A)tipicidade das faculdades de utilização compreendidas 161

SECÇÃO II – Atribuições derivadas do direito de autor – autorizações (licenças), oneração e transmissão dos direitos 163
50. Licenciamento da utilização da obra e oneração e transmissão do direito – as chamadas vicissitudes do direito de autor 163
50.1. A autorização (licença) de utilização 163
50.1.1. Licença de utilização – uma atribuição finalista 163
50.1.2. Autorizações expressas, implícitas e presumidas 164
50.1.3. Carácter oneroso e forma das autorizações 165
50.1.4. Carácter (não) exclusivo das licenças e sua oponibilidade 165
50.2. A transmissão e a oneração do direito de autor 166
50.2.1. A transmissão e oneração como actos formais 167
50.2.2. Carácter oneroso ou gratuito 167
50.2.3. Transmissão do direito de autor sobre obras futuras 168
50.2.4. Caducidade do direito do transmissário 168
50.2.5. Usufruto do direito de autor 169
50.2.6. Penhor do direito de autor 169

SECÇÃO III – Faculdades de utilização das obras intelectuais – em especial 171
51. Direito de publicação 171
52. Os direitos de representação, recitação, execução, exibição ou exposição ao público 172
52.1. Representação cénica 172
52.2. Recitação e execução 174
52.3. Exibição ou exposição ao público de obra de arte 175
53. Direitos de reprodução, adaptação, representação, execução, distribuição e exibição cinematográficas (remissão) 175
54. Direitos de fixação ou adaptação a qualquer aparelho 175
54.1. A fixação fonográfica e videográfica. A constituição de um direito conexo 176
55. Direitos de difusão e comunicação pública da obra 179
55.1. A radiodifusão por satélite e a retransmissão por cabo 180

55.2. Direito de colocação da obra à disposição do público (a Internet) – um acto de comunicação pública, não de reprodução da obra 181
55.2.1. O direito de colocação da obra à disposição do público. A telecomunicação digital em rede (transmissão "on-line") 182
55.2.2. Reconstrução do conceito de "público" 188
55.3. A recepção em lugar público de programas radiodifundidos 189
56. Direito de distribuição (e seu esgotamento) 190
56.1. Direito de distribuição/pôr em circulação (exemplares de obras) – a impropriedade do conceito de "distribuição electrónica" 191
56.2. Aluguer da obra 192
56.3. Comodato (empréstimo) público de obras 193
57. Direito de reprodução. Conceito de reprodução 194
57.1. A incorporação em rede digital de obra destinada à colocação à disposição do público e a faculdade de reprodução 195
57.2. Direito de reprodução – a gravação digital 197
57.3. Reprodução de uma obra e plágio. A contrafacção de obra intelectual 200
58. Direito de autorizar a tradução, adaptação, arranjo ou qualquer outra transformação da obra 202
58.1. Direito de traduzir uma obra e direito do tradutor sobre a sua tradução 203
58.2. Contrato de tradução 204
59. Direito de autorizar a utilização em obra diferente. A conexão de obras 205
59.1. Coligação de obras: uma situação jusautoral nova de origem voluntária. Coligação de obras e obra compósita 207
60. Direito de autorizar a construção de obra de arquitectura segundo o projecto 209
60.1. Contrato de construção (com utilização) de obra de arquitectura 210

SECÇÃO IV – Utilizações de obras intelectuais não dependentes de autorização do autor 211
61. Em geral – "os três passos" 211
62. A liberdade do uso privado 212
63. Utilizações lícitas independentemente do consentimento do autor – em especial 212
63.1. A "reprodução" (livre) que seja parte integrante de processo tecnológico episódico transitório e efémero 213
63.2. A reprodução para fins de informação do público 213
63.3. Utilizações livres por bibliotecas públicas ou para fins de ensino e educação 214

63.4. A reprodução e colocação à disposição do público livres das obras órfãs 216
63.5. As citações 217
64. Outros limites legais ao exclusivo jusautoral – as impropriamente ditas "licenças legais" 217
65. As chamadas "licenças compulsórias" (remissão) 218

CAPÍTULO III – OS DIREITOS DE REMUNERAÇÃO DO AUTOR 219
66. Direitos de remuneração 219
66.1. Em geral 219
66.2. Direito a "compensação suplementar" por "lesão enorme" dos interesses patrimoniais do autor 220
66.3. Direito de sequência (a uma participação sobre o preço de venda sucessiva da sua obra) 222
66.4. Direito de remuneração por cópia privada 223

CAPÍTULO IV – A UTILIZAÇÃO NÃO AUTORIZADA DE OBRA INTELECTUAL 227
67. O crime de usurpação de obra alheia 227
67.1. A usurpação de direitos do concessionário do direito pelo autor 229

TÍTULO IV – CONTRATOS DE DIREITO DE AUTOR 231
CAPÍTULO I – A CRIAÇÃO DE OBRA INTELECTUAL EM CUMPRIMENTO DE CONTRATO 233
SECÇÃO I – Contrato de prestação de serviço para criação de obra intelectual 233
68. Prestação de serviço criativo de obras intelectuais – mandato, empreitada ou modelo atípico 233
68.1. A inadequação da figura do mandato 235
68.2. A prestação de serviço criativo e a empreitada 236
68.2.1. O debate doutrinário 236
68.2.2. Posição adoptada 242

SECÇÃO II – A criação de obras intelectuais em execução de contrato de trabalho 243
69. Trabalho criativo e liberdade criativa 243
70. Enquadramento empresarial do trabalho criativo. Os fins do contrato 243
70.1. A criação em execução de contrato de trabalho e as obras colectivas 247
71. Criação intelectual assalariada, alienação do resultado do trabalho e atribuição do direito de autor 248
72. O contrato de trabalho de direito de autor 249

73. Obras criadas em execução de contrato de trabalho – em especial: os trabalhos jornalísticos, as fotografias, os programas de computador, as bases de dados 252
74. O direito pessoal ("moral") de autor nas obras criadas em cumprimento de contrato 255
74.1. Direito de divulgação (ao inédito) 256
74.2. Direito de retirada 257
74.3. Direito à menção da designação de autoria 257
74.4. Direito de reivindicação da paternidade da obra de defesa da integridade da obra 258
75. Trabalho e prestação de serviço para criação de obras intelectuais – confronto de ordenamentos jurídicos estrangeiros 259
75.1. Direito alemão: oneração do direito de autor e atribuição finalista de faculdades de utilização da obra 259
75.2. Direito francês: titularidade originária e inalienabilidade do direito pelo autor 262
75.3. Direito italiano: aquisição derivada do direito pelo comitente 262
75.4. Direito espanhol: atribuição finalista presumida do contrato 265
75.5. Direito britânico: atribuição originária do direito ao empregador 266
75.6. Direito estadunidense: atribuição da titularidade do direito determinada pela convenção 267
75.7. Lei angolana: atribuição do direito ao empregador independente de convenção específica 268
75.8. Lei marroquina: atribuição do direito patrimonial ao empregador por efeito do contrato 269

CAPÍTULO II – CONTRATOS DE DIREITO DE AUTOR EM ESPECIAL 271
SECÇÃO I – Contrato de edição 271
76. Noção 271
77. Figuras afins – a associação em participação e as prestações de serviços 272
78. Características elementares típicas do contrato de edição 273
79. Reedições e edições sucessivas – as ditas "licenças compulsórias" 275
80. As chamadas "edições críticas" 276

SECÇÃO II – A realização e produção audiovisual 277
SUBSECÇÃO I – A obra audiovisual 277
81. A obra audiovisual e os respectivos contributos criativos individualizáveis 277
81.1. A "obra fílmica". A obra audiovisual 278
81.2. A obra televisiva 279
81.3. Os contributos criativos individuais na obra audiovisual 279

82. Elementos da expressão artística próprios da obra audiovisual. Os "remakes" de obras cinematográficas 281
83. A lei portuguesa e a co-autoria (fictícia) das obras audiovisuais 284

SUBSECÇÃO II – O contrato de realização e de produção audiovisual 287
84. O contrato de realização e de produção audiovisual 287
84.1. Noção e conteúdo 287
84.2. Efeitos 288
84.3. O produtor (do) audiovisual 289
84.4. Os "autores" da obra audiovisual 290
85. Contrato de realização e de produção audiovisual – uma atribuição constitutiva 292
85.1. Posição jurídica do produtor 292
85.2. Posição jurídica dos autores 293
85.3. Uma atribuição constitutiva 294

SUBSECÇÃO III – O audiovisual no confronto de ordenamentos jurídicos estrangeiros 297
86. O direito alemão: a adaptação à cinematografia 297
87. O instituto do audiovisual no Reino Unido: a co-autoria do produtor 299
88. O direito norte-americano: a tutela da expressão (formal) audiovisual 300
89. O direito italiano: a atribuição *ex lege* do exercício de faculdades de utilização 302
90. O direito francês: a obra audiovisual presumida como obra em colaboração 305
91. O direito espanhol: criação em colaboração e cessão presumida do direito 307
92. A lei brasileira: contitularidade originária dos co-autores da obra audiovisual 310
93. A lei de autor marroquina: valorização do processo técnico 311
94. A lei de autor angolana: titularidade originária do produtor 312

SECÇÃO III – Contrato para criação publicitária 315
95. A mensagem publicitária como obra intelectual 315
96. Titularidade do direito de autor nas "obras publicitárias" criadas em execução de contrato para uma "agência" (empresa de publicidade) 317
97. Contrato para criação (de mensagem) publicitária 318

TÍTULO V – CADUCIDADE E NÃO EXERCÍCIO DO DIREITO DE AUTOR 323
98. Renúncia e caducidade do direito de autor. O domínio público 323

98.1. Caducidade do direito patrimonial 325
98.2. A suposta perpetuidade dos direitos pessoais (morais) de autor – o exercício do direito pessoal de autor *post mortem auctoris* 326
99. Direitos constituídos sobre obras caídas no domínio público 327
100. Consequências do não exercício do direito de autor 328

TÍTULO VI – ESTRUTURA E NATUREZA DO DIREITO DE AUTOR 331
CAPÍTULO I – PRINCIPAIS CONCEPÇÕES DOUTRINÁRIAS SOBRE A ESTRUTURA DO DIREITO DE AUTOR 333
101. Teorias monistas 333
101.1. O direito de autor como um direito de propriedade 334
101.1.1. Concepção de Garrett 334
101.1.2. Cocepção de Cunha Gonçalves 335
101.1.3. Concepção de Recht 336
101.1.4. Concepção de Hubmann 337
101.2. O direito de autor como um direito de monopólio ou de exclusivo. Os direitos *sui generis* 337
101.2.1. Concepção de Oliveira Ascensão 337
101.3. O direito de autor como direito unitário pela predominância do seu carácter pessoal 339
101.3.1. Concepção de Almeida Santos 339
101.3.2. O direito de autor como direito de personalidade (uma improvável concepção unitária) 340
102. Teorias dualistas 341
102.1. Concepção de Kohler 342
102.2. Concepção de Desbois 342
102.3. Concepção de L. F. Rebello 342
102.4. Concepção de De Sanctis 343
103. Teorias pluralistas 344

CAPÍTULO II – A ESTRUTURA DO DIREITO DE AUTOR NO ORDENAMENTO JURÍDICO PORTUGUÊS – CONCLUSÃO 347
104. Princípios estruturantes do direito de autor 347
104.1. O direito de sequência 349
105. Natureza dos direitos integrados no direito de autor 350
105.1. Objecto do direito de autor – conclusão 350
105.2. Natureza do direito de autor 351
105.3. Conclusão. Uma definição de direito de autor 352

ÍNDICE ANALÍTICO 355
BIBLIOGRAFIA 363